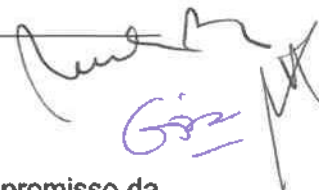




*Handwritten signature*  
6/12  
*Initials*

# RELATÓRIO E CONTAS 2025



## 1. Considerações Gerais

De acordo com o preceituado na alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa, submete-se à apreciação da Assembleia Geral da Irmandade o Relatório e Contas da Gerência referentes ao exercício económico de 2025, respeitante ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025.

O presente documento tem por finalidade apresentar, de forma clara, rigorosa e transparente, a atividade desenvolvida pela Instituição ao longo do ano, bem como a situação económica, financeira e patrimonial resultante da gestão realizada.

O ano de 2025 ficou marcado por um período de especial exigência para a generalidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social e, em particular, para entidades com a dimensão, diversidade de respostas e responsabilidade social da Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa. A atividade institucional desenvolveu-se num enquadramento caracterizado pelo crescimento dos custos operacionais, pelo aumento das exigências legais, técnicas e regulamentares, pela pressão permanente sobre os recursos humanos e pela necessidade de modernização de equipamentos, instalações e modelos de organização.

Apesar deste contexto exigente, a Instituição procurou manter uma gestão prudente, responsável e orientada para a sustentabilidade, assegurando simultaneamente a continuidade da sua missão social e a qualidade dos serviços prestados aos utentes, às famílias e à comunidade.

Durante o ano em análise, foram realizados diversos investimentos e melhorias estruturais que permitiram reforçar as condições de funcionamento das respostas sociais e unidades de cuidados, designadamente ao nível da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), da Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR), da Creche e do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). A par da atividade corrente, a Instituição deu igualmente continuidade a um conjunto de intervenções relevantes nas áreas da manutenção, segurança, conforto, apetrechamento técnico e operacionalidade dos serviços, com impacto direto na qualidade dos cuidados prestados e nas condições de trabalho dos colaboradores.

O presente Relatório deve, assim, ser entendido como um documento de prestação de contas, mas também como um instrumento de enquadramento e explicação da atividade desenvolvida, das opções de gestão assumidas e dos resultados alcançados no exercício de 2025.

Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'G32' and a stylized signature.

## **2. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL E ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2025**

A Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa, instituição de reconhecida relevância social no concelho de Sabrosa e na região envolvente, prosseguiu ao longo do ano de 2025 o cumprimento da sua missão estatutária de apoio social, assistência, solidariedade e promoção do bem-estar das populações, com particular enfoque nos grupos mais vulneráveis, designadamente pessoas idosas, doentes, dependentes, crianças e famílias.

Enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social, a Santa Casa orienta a sua atuação pelos princípios da solidariedade, da proximidade, da dignidade da pessoa humana, da responsabilidade social, da boa gestão e da adequada afetação dos recursos que lhe são confiados. A sua atividade desenvolve-se em estreita articulação com os organismos da Segurança Social, com o Serviço Nacional de Saúde, com as autarquias locais e com diversas entidades públicas e privadas que integram a rede de apoio social e de cuidados.

No exercício de 2025, a Instituição manteve em funcionamento e em plena atividade as suas diversas respostas sociais e unidades de cuidados, garantindo a continuidade dos serviços prestados e a resposta às necessidades efetivas da comunidade. As principais áreas de intervenção institucional mantiveram-se organizadas em torno da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, do Serviço de Apoio Domiciliário, da Creche e da Unidade de Média Duração e Reabilitação integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Estas respostas constituem o núcleo essencial da atividade da Instituição, envolvendo um conjunto significativo de recursos humanos, técnicos e logísticos, bem como uma estrutura organizacional exigente, que requer acompanhamento permanente, capacidade de adaptação, planeamento rigoroso e monitorização constante.

Durante o ano em análise, a Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa manteve níveis de ocupação elevados nas suas respostas sociais, refletindo a relevância e a necessidade dos serviços prestados, bem como a confiança depositada pela comunidade na Instituição. Esta procura contínua exige uma gestão cuidada das vagas, dos recursos disponíveis e das condições de funcionamento, garantindo simultaneamente qualidade, segurança, proximidade e humanização no acompanhamento dos utentes.



No domínio dos cuidados às pessoas idosas, a ERPI continuou a assumir um papel central na atividade da Santa Casa, assegurando acolhimento permanente a utentes em situação de dependência, fragilidade ou ausência de suporte familiar adequado. A complexidade crescente dos perfis dos utentes, frequentemente associada a múltiplas patologias, elevados níveis de dependência e necessidade de acompanhamento clínico e assistencial contínuo, exige uma organização de cuidados multidisciplinar e uma permanente capacidade de resposta por parte da Instituição.

Paralelamente, o Serviço de Apoio Domiciliário manteve a sua importância estratégica enquanto resposta de proximidade, permitindo apoiar pessoas idosas e dependentes no seu próprio domicílio e contribuindo para a permanência no meio habitual de vida sempre que essa solução se revele adequada. Este serviço assume particular relevância num território marcado pelo envelhecimento populacional, pela dispersão geográfica e por limitações de mobilidade, como sucede no concelho de Sabrosa e na sua envolvente.

Ao nível da resposta à infância, a Creche continuou a assegurar o acolhimento e acompanhamento de crianças, proporcionando um ambiente seguro, educativo e estimulante, em articulação com as famílias e em conformidade com os princípios pedagógicos ajustados às primeiras etapas do desenvolvimento infantil. Esta valência constitui também um apoio essencial às famílias do concelho, contribuindo para a conciliação entre a vida familiar e profissional e reforçando a dimensão comunitária da intervenção da Santa Casa.

No domínio dos cuidados de saúde, a Unidade de Média Duração e Reabilitação manteve a sua atividade integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, assegurando cuidados de saúde, reabilitação e acompanhamento clínico a utentes em situação de dependência temporária ou com necessidade de recuperação funcional na sequência de episódio agudo de doença, internamento hospitalar ou agravamento do estado clínico. Esta unidade desempenha um papel relevante na articulação entre os cuidados hospitalares e o regresso ao domicílio, ou a outras respostas de suporte, constituindo um elo importante na continuidade assistencial.

O funcionamento destas diferentes respostas exige uma organização interna complexa e articulada, envolvendo equipas multidisciplinares constituídas por profissionais de saúde, técnicos especializados, auxiliares de ação direta, educadores, pessoal administrativo e trabalhadores de apoio geral. A gestão destes recursos humanos, bem como a sua formação, acompanhamento e valorização profissional, constitui um dos pilares fundamentais da atividade da Instituição.

  
Grz  


Durante o ano de 2025, a Mesa Administrativa manteve uma atenção constante à organização interna, ao cumprimento das normas de funcionamento e à melhoria contínua dos serviços prestados, procurando assegurar condições adequadas de trabalho para os colaboradores e elevados padrões de qualidade no atendimento aos utentes.

Simultaneamente, foram desenvolvidas diversas ações de melhoria das infraestruturas, dos equipamentos e das condições de funcionamento da Instituição, abrangendo áreas como a segurança, a manutenção das instalações, a atualização de equipamentos clínicos e técnicos, a melhoria das condições ambientais e de conforto e o reforço dos meios operacionais.

Importa igualmente salientar que a gestão institucional decorreu num contexto de crescente exigência regulatória, com obrigações acrescidas em matéria de segurança, qualidade, organização dos serviços, recursos humanos, prestação de contas e conformidade com as entidades de tutela e financiamento. Neste quadro, a Instituição procurou assegurar o cumprimento rigoroso das normas aplicáveis, reforçando mecanismos de controlo interno, procedimentos organizativos e instrumentos de gestão.

A atividade desenvolvida ao longo do ano de 2025 refletiu, assim, um esforço permanente de equilíbrio entre a gestão corrente das respostas sociais e unidades de cuidados, a necessidade de investimento e melhoria contínua das condições de funcionamento e a responsabilidade de assegurar a sustentabilidade económica, financeira e patrimonial da Instituição.

### **3. RECURSOS HUMANOS, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS**

Os recursos humanos constituem o principal pilar de funcionamento da Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa, sendo determinantes para a qualidade, segurança e humanização dos serviços prestados aos utentes das diferentes respostas sociais e unidades de cuidados.

Ao longo do exercício de 2025, a Mesa Administrativa manteve como prioridade a estabilidade das equipas, a valorização profissional dos colaboradores e a adequação da organização interna às necessidades efetivas das respostas sociais em funcionamento. A gestão dos recursos humanos assumiu, por isso, particular relevância, quer pelo peso estrutural que os custos com pessoal representam no

*Luís R*  
*Gra*  
*PK*

orçamento global da Instituição, quer pela exigência técnica e humana inerente aos serviços prestados.

As equipas da Instituição integraram profissionais de diversas áreas, designadamente enfermagem, ação direta, educação de infância, fisioterapia e reabilitação, apoio técnico, serviços administrativos, manutenção e serviços gerais, assegurando o funcionamento permanente das respostas sociais e unidades de cuidados.

A organização do trabalho manteve-se estruturada em regime de turnos, garantindo a continuidade dos cuidados e a presença permanente de profissionais nas unidades que funcionam em regime de 24 horas, designadamente na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e na Unidade de Média Duração e Reabilitação. Ao longo do ano, a Instituição manteve um esforço continuado de organização e racionalização dos serviços, procurando otimizar a gestão das equipas e assegurar a adequada distribuição dos recursos humanos pelas diferentes valências, em função das necessidades dos utentes e das exigências regulamentares aplicáveis.

#### **Formação profissional e desenvolvimento de competências**

A qualificação e atualização permanente das competências dos colaboradores constitui um elemento essencial para garantir a qualidade dos serviços prestados pela Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa e para assegurar a adequação das práticas profissionais às exigências técnicas, legais e éticas inerentes às respostas sociais desenvolvidas pela Instituição.

Neste contexto, durante o exercício de 2025, a Instituição promoveu um conjunto de ações de formação dirigidas aos seus colaboradores, enquadradas no programa Cheque-Formação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, instrumento que visa apoiar a qualificação contínua dos trabalhadores e reforçar competências profissionais em diferentes áreas de intervenção.

Estas ações abrangeram todos os colaboradores da Instituição, procurando responder às necessidades específicas associadas ao trabalho em contexto social e de cuidados, bem como reforçar competências transversais relevantes para o desempenho das funções e para a melhoria do ambiente organizacional.

No âmbito deste programa, foram realizadas as seguintes ações de formação:

- Gestão do Stress e Resolução de Conflitos – 12 horas;
- Prevenção de Abusos e Maus-Tratos em Populações Vulneráveis – 10 horas;
- Ética e Deontologia no Ambiente de Trabalho – 8 horas;

- Primeiros Socorros em Geriatria – 20 horas.

Estas ações incidiram sobre áreas particularmente relevantes para o exercício das funções em instituições de solidariedade social, nomeadamente a gestão emocional em contextos de elevada exigência profissional, a prevenção de situações de risco ou vulnerabilidade dos utentes, o reforço dos princípios éticos que devem orientar a atuação dos profissionais e a capacitação para a prestação de cuidados de primeiros socorros adequados à população idosa.

Para além do reforço das competências técnicas, estas iniciativas contribuíram igualmente para promover uma cultura institucional assente na responsabilidade profissional, na qualidade do serviço prestado, no respeito pela dignidade dos utentes e na melhoria contínua das práticas organizacionais.

Paralelamente, foram também promovidas outras ações formativas e momentos de atualização técnica desenvolvidos no âmbito das direções técnicas e das necessidades específicas dos serviços, incidindo sobre matérias diretamente relacionadas com a organização dos cuidados, segurança, boas práticas profissionais, funcionamento interno e acompanhamento de utentes nas diferentes valências.

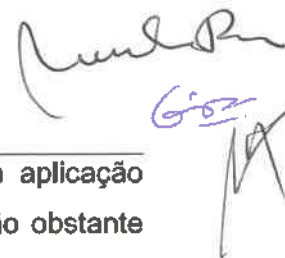
### **Revisão de categorias profissionais, progressões de carreira e atualizações salariais**

O exercício de 2025 ficou igualmente marcado pelo impacto decorrente das atualizações salariais e revisões remuneratórias aplicáveis ao setor social, resultantes da evolução dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e das orientações setoriais.

No âmbito da política de valorização dos recursos humanos e do cumprimento das disposições legais aplicáveis ao setor, a Mesa Administrativa procedeu, durante o exercício de 2025, à revisão das categorias profissionais, progressões de carreira e atualização das remunerações dos colaboradores da Instituição.

Esta revisão teve por base o Contrato Coletivo de Trabalho aplicável ao setor social, designadamente o contrato coletivo celebrado entre a União das Misericórdias Portuguesas e as estruturas sindicais representativas do setor, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 14, de 15 de abril de 2023, bem como as alterações posteriormente introduzidas e publicadas no BTE n.º 41, de 8 de novembro de 2024.

Importa referir que, à data da implementação destas medidas, ainda não se encontrava publicada a necessária Portaria de Extensão relativa às alterações

Handwritten signature in black ink and initials 'Goz' in blue ink.

constantes do BTE n.º 41/2024, condição que formalmente assegura a aplicação generalizada das novas disposições a todas as instituições do setor. Não obstante esta circunstância, e reconhecendo a importância da valorização dos seus trabalhadores, a Mesa Administrativa deliberou proceder desde logo à aplicação das novas tabelas salariais, assumindo esta decisão como uma medida de responsabilidade institucional e de reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas equipas da Instituição.

Paralelamente, foi igualmente assegurada a aplicação das retribuições previstas no BTE n.º 14/2023 com efeitos retroativos a maio de 2023, conforme previamente deliberado e comunicado aos colaboradores.

Contudo, considerando o impacto financeiro significativo associado à regularização das diferenças salariais acumuladas e enquadrando esta medida no contexto mais amplo do processo de reorganização e reestruturação financeira da Instituição, a Mesa Administrativa deliberou estabelecer um plano de pagamento faseado das diferenças remuneratórias, com início no mês de julho de 2025.

Este plano prevê um prazo máximo de regularização de dezoito meses, permitindo compatibilizar o cumprimento das obrigações decorrentes da aplicação do contrato coletivo de trabalho com a necessidade de garantir a sustentabilidade financeira da Instituição.

A adoção deste modelo de regularização faseada teve como principal objetivo assegurar que o processo de valorização remuneratória dos trabalhadores pudesse ser concretizado sem comprometer a estabilidade financeira da Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa, preservando simultaneamente a capacidade da Instituição para cumprir pontualmente as suas obrigações mensais e responder a necessidades operacionais ou despesas extraordinárias.

Esta decisão insere-se numa estratégia mais ampla de valorização e estabilização das equipas, reconhecendo que os recursos humanos constituem o principal ativo da Instituição e um fator determinante para a qualidade dos cuidados e serviços prestados aos utentes.

### **Organização interna e normas de funcionamento**

Ao longo do ano foram igualmente reforçados diversos procedimentos internos de organização e funcionamento, incluindo orientações dirigidas às equipas relativamente à utilização dos espaços institucionais, apresentação profissional, normas de

funcionamento dos serviços e cumprimento de regras internas associadas à organização do trabalho.

Estas medidas visaram reforçar a disciplina organizativa, a responsabilidade profissional e o bom funcionamento dos serviços, garantindo simultaneamente condições adequadas de trabalho, a preservação das instalações e dos equipamentos e uma maior uniformização de procedimentos.

A gestão de uma organização com múltiplas respostas sociais e unidades de cuidados exige atenção permanente à organização interna, à definição clara de responsabilidades e ao cumprimento consistente das normas de funcionamento. Estes aspetos foram objeto de acompanhamento constante por parte da Mesa Administrativa e da estrutura técnica da Instituição.

#### **Equilíbrio entre recursos humanos e sustentabilidade institucional**

A gestão dos recursos humanos ao longo do exercício de 2025 procurou manter um equilíbrio entre a necessidade de garantir equipas adequadas ao funcionamento das respostas sociais e a responsabilidade de assegurar a sustentabilidade económica e financeira da Instituição.

Este equilíbrio constitui um dos principais desafios das instituições do setor social, particularmente num contexto em que as exigências regulamentares e a complexidade dos cuidados prestados são crescentes, ao mesmo tempo que os recursos financeiros disponíveis permanecem limitados.

Apesar destes constrangimentos, a Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa procurou manter equipas estáveis, assegurar a continuidade dos serviços e promover um ambiente de trabalho assente na responsabilidade, na cooperação e no compromisso com a missão institucional.

#### **4. INVESTIMENTOS, AQUISIÇÕES E MELHORIAS REALIZADAS EM 2025**

Durante o exercício de 2025, a Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa desenvolveu um conjunto significativo de investimentos, aquisições e intervenções destinadas à melhoria das condições de funcionamento das suas respostas sociais e unidades de cuidados, à modernização de equipamentos e ao reforço das condições de segurança, conforto e eficiência operacional da Instituição.

*Luís P.*  
*Gon*  
*MA*

A política de investimento seguida pela Mesa Administrativa foi orientada por critérios de necessidade, utilidade e sustentabilidade, privilegiando intervenções que contribuíssem para melhorar a qualidade dos serviços prestados, reforçar a capacidade de resposta da Instituição e assegurar a adequada conservação e valorização do património institucional.

Num contexto marcado por elevados custos de funcionamento e pelas limitações financeiras próprias do setor social, as decisões de investimento foram cuidadosamente ponderadas, procurando assegurar um equilíbrio entre as necessidades operacionais da Instituição e a estabilidade da sua situação económica e financeira. Ainda assim, a Mesa Administrativa entendeu que determinadas intervenções não poderiam continuar a ser adiadas, por se revelarem indispensáveis ao regular funcionamento dos serviços, à manutenção das condições de segurança e à melhoria da qualidade assistencial e organizacional.

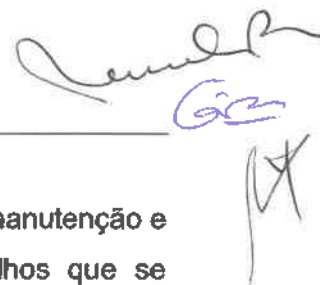
No seu conjunto, os investimentos realizados ao longo do ano traduzem um esforço financeiro relevante por parte da Instituição, cujo montante global deverá ser apreciado em articulação com os documentos contabilísticos e financeiros do exercício, refletindo uma estratégia de gestão orientada não apenas para a resposta às necessidades imediatas, mas também para a consolidação das condições estruturais de funcionamento da Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa.

#### **Reforço dos meios operacionais do Serviço de Apoio Domiciliário**

Entre os investimentos mais relevantes realizados ao longo do ano destaca-se a aquisição de duas novas viaturas destinadas ao Serviço de Apoio Domiciliário.

Este investimento revelou-se fundamental para reforçar a capacidade de resposta desta valência e melhorar as condições de mobilidade das equipas que diariamente asseguram o apoio a utentes no domicílio. Importa referir que esta aquisição decorreu também da necessidade de substituição de uma das viaturas anteriormente afetadas ao serviço, a qual sofreu um acidente com perda total.

A renovação da frota permitiu garantir maior fiabilidade, segurança e eficiência na deslocação das equipas, assegurando a continuidade do serviço e reduzindo o risco de falhas operacionais num apoio particularmente sensível, pela sua natureza de proximidade e pela dependência diária dos utentes relativamente à resposta prestada. Este investimento teve, por isso, impacto direto na regularidade, pontualidade e qualidade do acompanhamento domiciliário.



---

### **Intervenções de manutenção e melhoria das Infraestruturas**

No plano das infraestruturas, foram realizadas diversas intervenções de manutenção e melhoria em coberturas e telhados de edifícios da Instituição, trabalhos que se revelaram necessários para assegurar a preservação do património edificado e prevenir problemas estruturais ou infiltrações suscetíveis de comprometer as condições de funcionamento das instalações.

Estas intervenções enquadram-se numa estratégia de manutenção preventiva das infraestruturas, reconhecida como essencial para garantir a durabilidade dos edifícios e evitar custos mais elevados decorrentes de processos de degradação progressiva. Trata-se de um tipo de investimento que, embora nem sempre visível do ponto de vista exterior, assume grande importância para a estabilidade e funcionalidade do património institucional.

### **Substituição de equipamentos e reforço das condições técnicas**

Ao longo do exercício foram igualmente realizadas aquisições de equipamentos clínicos e técnicos destinados à Unidade de Média Duração e Reabilitação, reforçando os meios disponíveis para a prestação de cuidados de saúde e de reabilitação aos utentes desta unidade integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Estas aquisições contribuíram para melhorar as condições técnicas de prestação de cuidados e reforçar a capacidade da unidade para responder às necessidades dos utentes em processo de recuperação funcional e acompanhamento clínico.

Neste âmbito, procedeu-se também à substituição e reforço de diversas ajudas técnicas de mobilidade e equipamentos de apoio, utilizados nas valências da UMDR e da ERPI, incluindo cadeiras de rodas, andarilhos, colchões e almofadas anti-escaras. Estes equipamentos são indispensáveis para a segurança, conforto e bem-estar dos utentes, contribuindo igualmente para a prevenção de complicações associadas à imobilidade, à dependência e ao risco de lesões por pressão.

Foram igualmente adquiridos equipamentos destinados à sala de fisioterapia, designadamente uma nova passadeira de marcha e pedaleiras de reabilitação, permitindo melhorar os meios disponíveis para o desenvolvimento das atividades de recuperação funcional dos utentes. O reforço destes recursos traduz-se numa melhoria efetiva da qualidade terapêutica e reabilitativa da resposta prestada.

---

### **Sistemas técnicos e manutenção de equipamentos**

Durante o ano de 2025 foi assegurado a contratação de manutenção preventiva dos sistemas técnicos da Instituição, situação que permitiu realizar diversas intervenções de manutenção corretiva necessárias ao bom funcionamento das instalações.

Entre estas intervenções destacam-se trabalhos realizados nos sistemas de produção de águas quentes sanitárias (AQS) da Unidade de Média Duração e Reabilitação, da Creche e da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, bem como intervenções técnicas no sistema de climatização (chiller) da UMDR.

Foram ainda realizadas outras manutenções relevantes em equipamentos essenciais ao funcionamento da Instituição, entre as quais se incluem a substituição do ventilador de topo da hotte da cozinha, a assistência técnica e reparação do gerador e a substituição de equipamentos de apoio utilizados na cozinha, designadamente varinhas trituradoras industriais.

Embora, em muitos casos, este tipo de despesa possa ser entendido como manutenção corrente, a verdade é que o seu peso financeiro e a sua relevância funcional justificam referência expressa no presente Relatório. Com efeito, o regular funcionamento dos sistemas técnicos e dos equipamentos de apoio constitui condição indispensável para a continuidade dos serviços, para a segurança das instalações e para a eficiência operacional da Instituição.

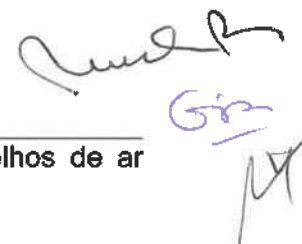
### **Modernização dos equipamentos da lavandaria institucional**

Paralelamente, foram também asseguradas aquisições e substituições de equipamentos associados ao funcionamento da lavandaria institucional, cuja utilização se encontra parcialmente suportada através de contrato em regime de leasing.

Esta solução permitiu dotar a Instituição de equipamentos tecnicamente adequados e mais eficientes, sem necessidade de um investimento inicial excessivamente oneroso, contribuindo para melhorar a capacidade de tratamento de roupa das diferentes valências, reforçar a autonomia operacional da Santa Casa e assegurar melhores condições de resposta no tratamento de têxteis institucionais.

### **Melhoria das condições ambientais e de conforto**

Durante o ano de 2025 foram igualmente realizados investimentos destinados à melhoria das condições ambientais das instalações, designadamente através do

Handwritten signature and initials in blue ink, including the word 'Gir' and a large 'M'.

apetrechamento de espaços da Creche e da ERPI (1º piso) com aparelhos de ar condicionado.

Esta intervenção permitiu melhorar significativamente o conforto térmico dos espaços utilizados por utentes, crianças e colaboradores, assegurando condições mais adequadas de funcionamento durante períodos de temperaturas elevadas.

O investimento nesta área assume particular relevância quando se trata de populações vulneráveis, como pessoas idosas e crianças, mais expostas aos efeitos negativos do desconforto térmico.

A melhoria das condições ambientais constitui, por isso, um fator relevante para o bem-estar, para a qualidade da permanência nos espaços institucionais e para a própria qualidade global dos serviços prestados.

### **Segurança, emergência e organização dos espaços**

No âmbito das condições de segurança e organização dos espaços institucionais, foram igualmente realizadas intervenções relacionadas com a revisão e colocação de sinalética de segurança e emergência.

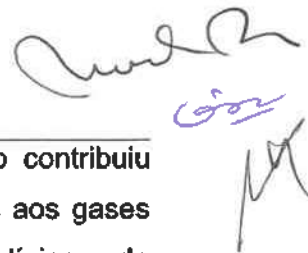
Estas ações permitiram reforçar os mecanismos de orientação e evacuação em situação de emergência e assegurar o cumprimento das normas aplicáveis e melhorar as condições globais de segurança das instalações. Trata-se de uma área particularmente sensível em qualquer instituição social e de saúde, em que a prevenção, a sinalização adequada e a organização dos percursos de evacuação assumem importância decisiva.

### **Reformulação da central de gases medicinais e certificação**

Entre os investimentos tecnicamente mais relevantes realizados durante o exercício destaca-se a reformulação do sistema de gases medicinais, através da instalação de uma nova central de oxigénio destinada à Unidade de Média Duração e Reabilitação.

Este investimento permitiu reforçar as condições de suporte clínico em áreas onde o fornecimento de oxigénio medicinal constitui um recurso essencial e obrigatório para a prestação de cuidados de saúde.

A aquisição deste equipamento foi estruturada através de um modelo de pagamento faseado ao longo de 24 meses, solução que permitiu assegurar a modernização do sistema sem provocar um impacto financeiro imediato excessivo no exercício



económico. Para além do reforço técnico e funcional, esta intervenção contribuiu também para a atualização e maior fiabilidade dos sistemas associados aos gases medicinais, matéria particularmente relevante no contexto da segurança clínica e da conformidade técnica da unidade, conforme exigido pela ERS.

### **Renovação do fardamento institucional**

Durante o exercício foi também realizada a renovação do fardamento dos colaboradores da Instituição, medida que permitiu reforçar a imagem institucional das diferentes valências e serviços, promover uma apresentação profissional uniforme e assegurar melhores condições de conforto funcionalidade e adequação no exercício das atividades diárias.

Embora frequentemente desvalorizada em termos financeiros, esta matéria assume relevância no plano da identidade institucional, da organização interna, da imagem junto dos utentes e familiares e da valorização das equipas.

### **Renovação de têxteis e reorganização do serviço de lavandaria**

Foi igualmente efetuada uma renovação significativa dos têxteis utilizados nas valências da ERPI e na sua globalidade na UMDR, incluindo lençóis, toalhas, toalhões de banho, edredões, almofadas e colchas.

Esta renovação permitiu reforçar o stock de têxteis disponíveis e assegurar melhores condições de funcionamento da lavandaria institucional. A qualidade, quantidade e rotatividade destes materiais constituem um aspeto operacional de grande importância no regular funcionamento das respostas residenciais e de cuidados continuados.

Paralelamente, foi iniciado um processo de reorganização do modelo de funcionamento do tratamento de roupa da Unidade de Média Duração e Reabilitação, reduzindo gradualmente o recurso a serviços externos anteriormente assegurados por empresa prestadora de serviços e passando a assegurar internamente estas tarefas através da lavandaria da Instituição.

Este processo, preparado ao longo do ano de 2025, produziu efeitos a partir de janeiro de 2026, permitindo melhorar o controlo do circuito de roupa, potenciar os recursos internos disponíveis e caminhar para uma maior autonomia operacional nesta área. Encontra-se ainda prevista a aquisição complementar de cobertores destinados às valências da ERPI e da UMDR, de forma a completar o processo de renovação do conjunto de têxteis institucionais.



### **Gestão prudente do investimento institucional**

Importa sublinhar que todos os investimentos realizados ao longo do ano foram enquadrados numa lógica de gestão prudente e responsável dos recursos institucionais, privilegiando intervenções que apresentassem impacto direto na qualidade dos serviços prestados e nas condições de funcionamento da Instituição.

A Mesa Administrativa manteve, ao longo do exercício, uma preocupação constante em assegurar que os investimentos realizados respondessem a necessidades efetivas da Instituição, evitando encargos desnecessários e garantindo que as decisões tomadas contribuíssem para a valorização do património institucional e para a melhoria sustentada das respostas sociais.

Mais do que uma lógica de despesa, os investimentos concretizados em 2025 devem ser entendidos como uma opção estratégica de reforço das condições de funcionamento da Instituição, de qualificação dos serviços prestados e de salvaguarda da sua capacidade futura de resposta à comunidade.

### **5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2025**

O exercício económico de 2025 terminou com um resultado positivo de 57.235,47 euros.

Este resultado demonstra que a Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa conseguiu assegurar o funcionamento das suas respostas sociais e manter equilíbrio financeiro na sua atividade, apesar de um ano particularmente exigente ao nível dos custos de funcionamento.

Comparativamente com o exercício anterior, verificou-se uma redução do resultado, situação que se explica essencialmente pelo aumento significativo de vários custos de funcionamento da Instituição, em particular:

- atualização das tabelas salariais e progressões de carreira dos colaboradores
- aumento generalizado de custos de energia, alimentação e serviços
- despesas associadas à manutenção e reparação de equipamentos e infraestruturas
- aquisição e substituição de diversos equipamentos necessários ao funcionamento das valências

Apesar deste aumento de custos, a Instituição conseguiu manter um resultado positivo, o que demonstra uma gestão financeira equilibrada e prudente.

### **Rendimentos da Instituição**

Os rendimentos da Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa provêm essencialmente da atividade das suas respostas sociais.

Em 2025, a Instituição registou:

- 1.130.974,03 euros de prestação de serviços, correspondentes sobretudo às comparticipações dos utentes e das famílias nas respostas sociais (ERPI, SAD, Creche e UMDR).
- 695.366,43 euros de subsídios e comparticipações públicas, resultantes principalmente dos acordos de cooperação com a Segurança Social e do financiamento das respostas sociais.
- 141.612,66 euros de outros rendimentos, associados a diferentes receitas relacionadas com a atividade institucional.

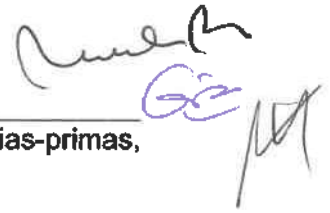
Estes valores refletem a atividade regular da Instituição e confirmam que o financiamento das Misericórdias e restantes instituições sociais continua fortemente dependente das comparticipações públicas e das contribuições dos utentes.

### **Principais gastos da Instituição**

Tal como sucede na generalidade das instituições do setor social, a maior parte da despesa da Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa está diretamente ligada ao funcionamento das respostas sociais e aos recursos humanos necessários à prestação de cuidados.

Durante o exercício de 2025 registaram-se:

- 1.200.840,57 euros em fornecimentos e serviços externos, que incluem despesas com alimentação, energia, manutenção de equipamentos, serviços técnicos, transportes, comunicações e outros custos necessários ao funcionamento diário da Instituição.
- 733.314,05 euros em gastos com o pessoal, correspondentes a remunerações e encargos sociais dos trabalhadores.



- 170.559,39 euros em consumo de mercadorias e matérias-primas, essencialmente associados à atividade das respostas sociais.
- 37.454,66 euros em outros gastos operacionais.

Estes valores evidenciam o peso significativo que os custos de funcionamento e os recursos humanos têm na atividade da Instituição, realidade comum a todas as organizações que prestam cuidados sociais e de saúde.

### **Regularizações efetuadas**

Durante o exercício de 2025 foi ainda regularizada uma situação relacionada com pagamentos indevidamente realizados a fornecedor em períodos anteriores.

Após verificação da situação, o fornecedor devolveu à Instituição um montante aproximado de 19.500,00 euros, valor que foi devidamente integrado nas contas do exercício.

### **Situação patrimonial**

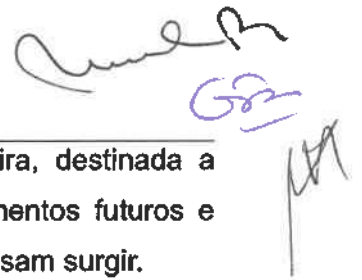
No final de 2025, o ativo total da Instituição ascendia a 3.140.722,52 euros, valor que representa o conjunto de edifícios, equipamentos, viaturas, mobiliário e outros bens utilizados no funcionamento das respostas sociais.

Os fundos patrimoniais da Instituição totalizavam 2.399.343,93 euros, refletindo a consolidação patrimonial da Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa ao longo dos anos.

### **Disponibilidades financeiras**

No final do exercício de 2025, a Instituição apresentava 705.426,16 euros em caixa e depósitos bancários. Importa esclarecer que uma parte significativa deste valor resulta dos dois financiamentos bancários contratados pela Instituição, cujos montantes ainda não foram totalmente utilizados.

A decisão de manter estes valores disponíveis resulta de uma gestão prudente e criteriosa, que permitiu realizar os investimentos necessários recorrendo prioritariamente aos recursos correntes da Instituição e através da negociação e do faseamento das intervenções.



Desta forma, estes montantes permanecem como reserva financeira, destinada a garantir estabilidade à Instituição, permitir a realização de investimentos futuros e responder a eventuais necessidades ou situações imprevistas que possam surgir.

Os encargos associados a estes financiamentos encontram-se devidamente refletidos nas contas do exercício.

## **6. SITUAÇÃO PATRIMONIAL E SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL**

A análise da situação patrimonial da Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa no final do exercício de 2025 demonstra a continuidade da atividade institucional num quadro de estabilidade estrutural, ainda que enquadrado por desafios significativos inerentes ao contexto económico e social em que as instituições do setor solidário desenvolvem atualmente a sua atividade.

O património da Instituição, constituído essencialmente pelos edifícios afetos às diferentes respostas sociais, equipamentos técnicos e clínicos, viaturas, mobiliário e demais ativos necessários ao funcionamento das suas unidades, representa um elemento fundamental para a prossecução da missão institucional e para a garantia de continuidade dos serviços prestados à comunidade.

Ao longo do exercício em análise, foram realizadas diversas intervenções destinadas à manutenção, conservação e valorização do património institucional, procurando assegurar a adequada funcionalidade das instalações, a segurança dos espaços e a adaptação progressiva das infraestruturas às exigências técnicas e regulamentares que caracterizam o funcionamento das respostas sociais e unidades de cuidados.

A gestão patrimonial da Instituição tem sido orientada por uma lógica de preservação e valorização progressiva dos ativos, procurando evitar processos de degradação das infraestruturas e assegurando que os equipamentos utilizados se mantêm adequados às necessidades dos serviços.

Importa salientar que a manutenção de um património institucional funcional e atualizado constitui uma responsabilidade permanente da Mesa Administrativa, não apenas pela necessidade de garantir condições adequadas de funcionamento das respostas sociais, mas também pela relevância que estas infraestruturas assumem para a comunidade local.

No plano da sustentabilidade institucional, a gestão desenvolvida ao longo do ano de 2025 procurou manter um equilíbrio entre as necessidades operacionais da Instituição,

a realização de investimentos considerados essenciais e a responsabilidade de assegurar a estabilidade económica e financeira da organização.

As instituições do setor social enfrentam atualmente um conjunto de desafios estruturais que condicionam a sua sustentabilidade, entre os quais se destacam o aumento progressivo dos custos com pessoal, a evolução dos custos energéticos e de bens e serviços, bem como a crescente complexidade das exigências regulamentares e organizativas associadas às respostas sociais e unidades de cuidados.

Neste contexto, a Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa procurou desenvolver a sua atividade com base numa gestão prudente e responsável dos recursos disponíveis, privilegiando a estabilidade institucional, o cumprimento das suas obrigações e a continuidade da prestação de serviços à população.

A manutenção de níveis elevados de ocupação nas respostas sociais, a gestão cuidada das despesas e a realização de investimentos orientados para necessidades efetivas da Instituição constituem fatores que contribuíram para a estabilidade do funcionamento institucional ao longo do exercício.

A Mesa Administrativa considera, assim, que a Instituição se mantém numa posição de funcionamento equilibrado, ainda que exigente, sendo fundamental continuar a desenvolver uma gestão responsável e estratégica que permita enfrentar os desafios futuros e garantir a continuidade da missão da Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa.

## **7. CONCLUSÃO**

Concluído o exercício económico de 2025, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa entende que a atividade desenvolvida ao longo do ano permitiu assegurar o funcionamento regular das diferentes respostas sociais e unidades de cuidados da Instituição, garantindo a continuidade do apoio prestado à comunidade e o cumprimento da missão estatutária que orienta a ação desta Misericórdia.

O ano em análise ficou marcado por um contexto de exigência crescente na gestão das instituições sociais, decorrente do aumento dos custos de funcionamento, da pressão sobre os recursos humanos e da necessidade permanente de adaptação às exigências legais, técnicas e organizativas que enquadram a atividade das respostas sociais e unidades de cuidados.

## Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa

Apesar destas circunstâncias, a Instituição conseguiu manter a estabilidade do seu funcionamento, assegurar o acompanhamento e cuidado dos seus utentes, realizar investimentos considerados necessários à melhoria das condições de funcionamento e cumprir os compromissos assumidos perante trabalhadores, fornecedores e entidades parceiras.

A Mesa Administrativa procurou, ao longo de todo o exercício, conduzir a gestão da Instituição com base em princípios de rigor, prudência, responsabilidade e transparência, orientando as suas decisões para a defesa dos interesses da Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa e para a garantia da continuidade da sua missão social.

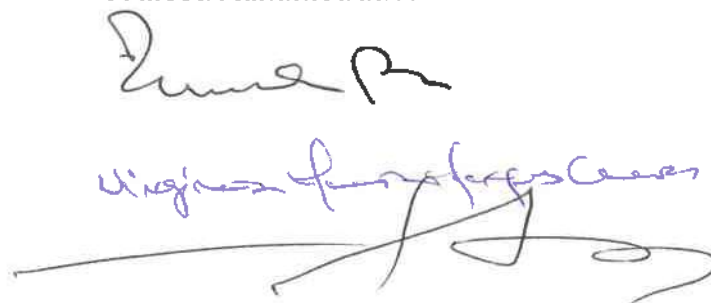
Importa igualmente reconhecer o contributo fundamental de todos os colaboradores da Instituição, cujo empenho, dedicação e sentido de responsabilidade permitiram assegurar o funcionamento diário das diferentes respostas sociais e unidades de cuidados, muitas vezes em contextos exigentes e de elevada complexidade.

A Mesa Administrativa expressa também o seu reconhecimento às entidades públicas, parceiros institucionais, voluntários, familiares e comunidade em geral, cujo apoio e colaboração são essenciais para a continuidade da atividade da Instituição.

Face ao exposto, e considerando os elementos apresentados no presente Relatório e nas Demonstrações Financeiras que o acompanham, a Mesa Administrativa submete à apreciação da Assembleia Geral da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa o Relatório e Contas da Gerência referentes ao exercício de 2025, propondo a sua aprovação.

**Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa, 19 de março de 2026**

**A Mesa Administrativa**

The image shows three handwritten signatures in black ink. The first signature is at the top, followed by a second signature in blue ink, and a third, larger signature in black ink at the bottom.



# Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa

Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa

Contribuinte: 502241187

Exercício: 2025

Moeda: EUR

## Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	9	1 130 974,03	990 673,23
Subsídios, doações e legados à exploração	10	696 356,43	698 113,77
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-170 659,39	-160 119,92
Fornecimentos e serviços externos	14.4	-420 840,57	-377 344,05
Gastos com o pessoal	12	-1 188 635,65	-1 055 533,35
Aumentos/reduções de justo valor	7	101,60	-159,95
Outros rendimentos	14.7	141 672,26	108 895,71
Outros gastos	14.5	-37 454,66	-16 179,82
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>151 514,05</b>	<b>188 345,62</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-78 424,75	-72 792,50
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>73 089,30</b>	<b>115 553,12</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	14.6	-15 853,83	-20 034,88
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>57 235,47</b>	<b>95 518,24</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>57 235,47</b>	<b>95 518,24</b>

A Entidade

O Contabilista Certificado

**Luís Leite**  
CC n.º 39242

*Luís Leite*





# Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa

Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa  
Contribuinte: 502241187  
Exercício: 2025

Pág. 1

Moeda: EUR

## Balço Individual em 31-12-2025

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	2 314 078,20	2 321 067,63
Investimentos financeiros	7	8 401,18	8 299,58
		<b>2 322 479,38</b>	<b>2 329 367,21</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	8	2 459,04	3 119,10
Créditos a receber	11.1	171 902,11	171 883,46
Estado e outros entes públicos	11.2	4 428,22	2 316,92
Outros ativos correntes	14.1;11.1	27 802,01	32 952,65
Diferimentos	14.3	6 225,60	2 300,37
Caixa e depósitos bancários	4	705 426,16	389 185,66
		<b>918 243,14</b>	<b>601 758,16</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3 240 722,52</b>	<b>2 931 125,37</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos		7 064,10	7 064,10
Resultados transitados	11.4	839 814,08	744 295,84
Excedentes de revalorização	11.4	717 942,93	717 942,93
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	11.4	777 287,35	806 626,40
		<b>2 342 108,46</b>	<b>2 275 929,27</b>
Resultado líquido do período	11.4	57 235,47	95 518,24
Interesses minoritários			
<b>Total do Fundo Patrimonial</b>		<b>2 399 343,93</b>	<b>2 371 447,51</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	11.3	383 604,74	232 509,44
		<b>383 604,74</b>	<b>232 509,44</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.1	37 347,46	45 218,23
Estado e outros entes públicos	11.2	48 411,00	42 494,05
Financiamentos obtidos	11.3	92 278,40	36 882,44
Diferimentos	14.3		6 381,70
Outros passivos correntes	14.2;14.1;11.1	279 736,99	196 192,00
		<b>457 773,85</b>	<b>327 168,42</b>
Passivos não correntes detidos para venda			
<b>Total do passivo</b>		<b>841 378,59</b>	<b>559 677,86</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>3 240 722,52</b>	<b>2 931 125,37</b>

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luis Leite  
CC n.º 39242

*Luís Leite*

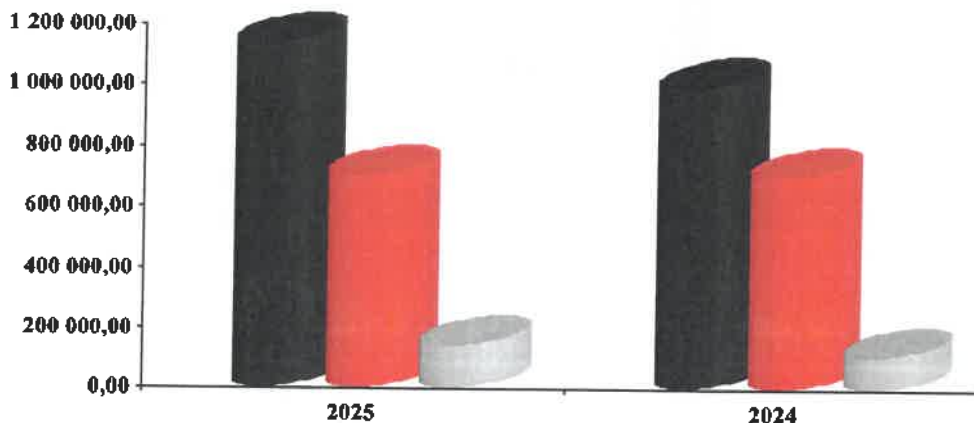




l.  
[Handwritten signature]

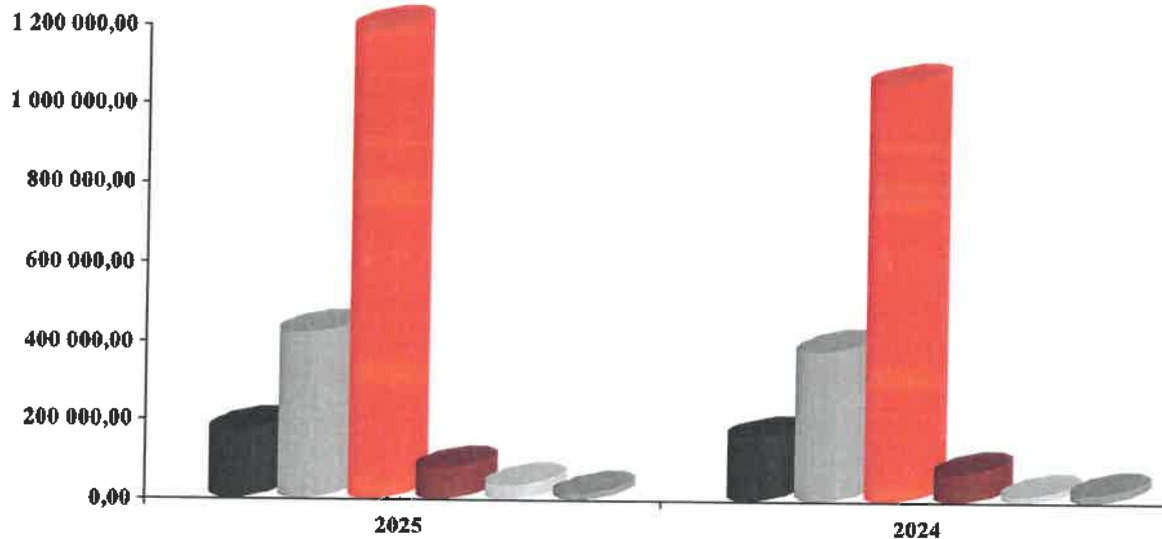
### GRÁFICOS COMPARATIVOS

#### RENDIMENTOS



■ Prestação de Serviços    ■ Subsídios à Exploração    ■ Outros Rendimentos

#### GASTOS

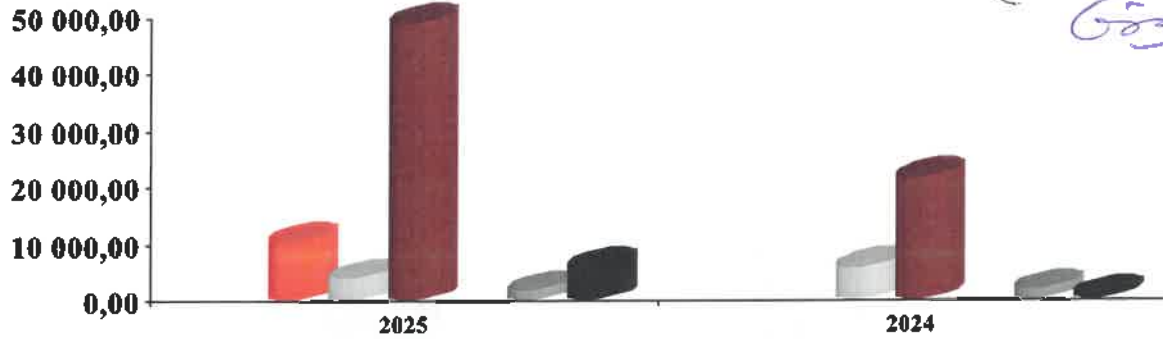


■ Custo Inv. Vend. Mat. Consumidas    ■ Fornecimentos e Serviços  
■ Gastos Com Pessoal    ■ Depreciações e Amortizações  
■ Outros Gastos    ■ Gastos e Perdas Financiamento



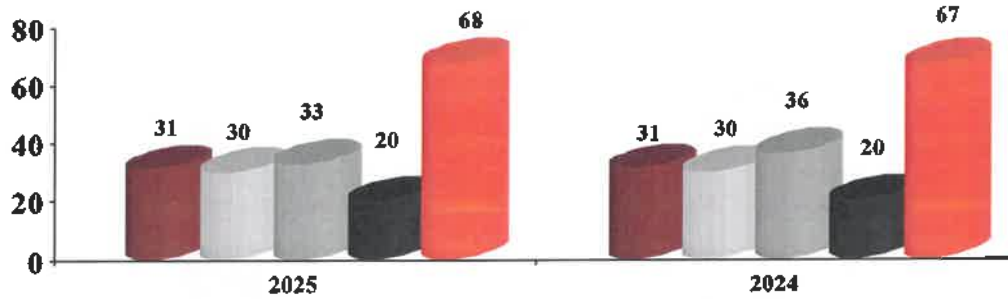
*Handwritten signatures and initials:*  
L.  
A. Silva  
G. Silva  
M.

### INVESTIMENTOS



- Terrenos e Rec. Naturais
- Edif. e Outras Construções
- Equipamento Básico
- Equipamento de Transporte
- Ferramentas e Utensílios
- Equipamento Administrativo
- Outros

### CLIENTES E TRABALHADORES



- ERPI
- Apoio Domiciliário
- Creche
- UCC
- N.º Funcionários



# Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa

Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa

Contribuinte: 502241187

Exercício: 2025

Moeda: EUR

## Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período Findo em 31 de Dezembro 2025

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2025	2024
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 361 426,33	1 134 367,92
Recebimentos de subvenções		502 190,36	539 799,77
Pagamentos a fornecedores		-751 957,48	-611 733,16
Pagamentos ao pessoal		-1 031 444,01	-993 036,89
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	80 215,20	69 397,64
Outros Recebimentos/Pagamentos		-27 621,89	-28 251,52
	<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>	52 593,31	41 146,12
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-1 530,61
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Juros e rendimentos similares		22,89	0,00
	<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>	22,89	-1 530,61
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		250 000,00	0,00
Subsídios e doações		13 624,30	10 352,90
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	-43 071,42
Juros e gastos similares		0,00	-4 070,64
	<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>	263 624,30	-36 789,16
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		316 240,50	2 826,35
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		389 185,66	386 359,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período		705 426,16	389 185,66

A Entidade

O Contabilista Certificado

**Luis Leite**  
C C n.º 39242

*Vigilância financeira*





**ANEXO**  
**(Exercício de 2025)**

**1 - Identificação da entidade**

**1.1 — Designação da Entidade**

Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa

NIPC 502241187

**1.2 — Sede**

Avenida Alves Pedrosa, n.º 1

5060-303 Sabrosa

**1.3 — Natureza da Atividade**

Instituição Particular de Solidariedade Social

**2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

### **3 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

#### **3.1.1 - Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

#### **3.1.2 - Regime do acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes



*Handwritten signature and initials*  
Gim

recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.3 - Consistência de apresentação**

As Demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

### **3.1.4 - Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 - Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 - Informação comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.1.7 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2011 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efectuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o activo estiver disponível para uso, pelo método da linha recta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Activo fixo tangível	Vida útil esperada/anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3 a 6
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes activos são registados como gastos do período em que ocorrem.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### **3.1.8 - Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis, que compreendem unicamente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os programas de computador são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos.

### **3.1.9 – Propriedades de Investimento**

As propriedades de investimento compreendem um edifício detido para obter valorização de capital e não para uso ou para venda no curso ordinário do negócio.

O edifício em causa integrou o ativo da entidade por doação, tendo sido registado pelo seu valor patrimonial à data, considerado o seu justo valor e, conseqüentemente, não tem sido depreciado

### **3.1.10 – Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros representam partes de capital adquiridas em 2013 e registadas ao custo de aquisição, fundos de reestruturação do setor social e fundo de compensação do trabalho registados ao justo valor.

### **3.1.11 - Imparidade de ativos**

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do activo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.



*Handwritten signature and initials*

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

### **3.1.12 - Locações**

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual, na rubrica “Financiamentos obtidos”. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

### **3.1.13 - Imparidade de ativos**

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de esta ser inferior. Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido a deterioração ou obsolescência, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

A entidade utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho.



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

### **3.1.14 – Custos de empréstimos obtidos**

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

### **3.1.15 - Instrumentos financeiros**

#### **i) Dívidas de terceiros**

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

#### **ii) Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

#### **iii) Dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

#### **iv) Contas a receber cedidas em “factoring”**

A entidade continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras esses ativos, uma vez que retém substancialmente os riscos e benefícios inerentes à sua posse, registando no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, a contrapartida monetária dos ativos cedidos.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

v) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

**3.1.16 - Provisões, passivos contingentes e activos contingentes**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

No que concerne aos passivos contingentes, a entidade procede à sua divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um ex fluxo de recursos.

De igual forma, a entidade não reconhece activos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis.

**3.1.17 - Regime de acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar ou “Diferimentos”.

**3.1.18 - Rédito**

O rédito relativo a prestação de serviços e juros, decorrentes da actividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da prestação de serviços compreende os montantes facturados líquidos de descontos e abatimentos referentes às matrículas e mensalidades dos utentes. Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.



*Handwritten signature and initials*  
G. S. L.  
M.

### **3.1.19 - Subsídios do Governo**

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos Fundo patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios a exploração" da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

### **3.1.20 - Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

### 3.1.21 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são reflectidos nas demonstrações financeiras da Entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

## 4 - Fluxos de caixa

4.1 — Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

*Ver ponto alínea v) 3.1.15 na nota 3 deste anexo*

Meios financeiros líquidos	2025	2024
Caixa	140,63	85,05
Depósitos à ordem	235 785,53	190 600,61
Depósitos a prazo	469 500,00	198 500,00
<b>Total</b>	<b>705 426,16</b>	<b>389 185,66</b>



*Handwritten signature and initials:*  
Gon  
L

### 5 - Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.7 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2023	Adições	Alienações /abates	2024	Adições	Alienações /abates	2025
Terrenos e rec. naturais	289 400,77			289 400,77			289 400,77
Edifícios e outras construções	2 793 450,04			2 793 450,04	10 481,67		2 803 931,71
Equipamento básico	447 821,82	6 299,20	-413,33	453 707,69	3 965,63	-12 769,44	444 903,88
Equipamento de transporte	89 398,40	21 650,00	-37 550,54	73 497,86	49 010,00	-19 936,58	102 571,28
Equipamento administrativo	97 673,28	1 895,92		99 569,20	1 963,80	-702,50	100 830,50
Outros ativos fixos tangíveis	31 539,76	733,56		32 273,32	6 014,22		38 287,54
<b>Sub-total</b>	<b>3 749 284,07</b>	<b>30 578,68</b>	<b>-37 963,87</b>	<b>3 741 898,88</b>	<b>71 435,32</b>	<b>-33 408,52</b>	<b>3 779 925,68</b>
Depreciações e perdas por imparidade	2023	Adições	Alienações /abates	2024	Adições	Alienações /abates	2025
Edifícios e outras construções	785 143,13	57 231,76		842 374,89	57 668,50		900 043,39
Equipamento básico	382 163,94	11 002,82		393 166,76	11 784,32	-12 769,43	392 181,65
Equipamento de transporte	89 398,40	3 608,33	-37 550,54	55 456,19	7 454,58	-19 936,58	42 974,19
Equipamento administrativo	97 343,57	781,97		98 125,54	770,12	-702,50	98 193,16
Outros ativos fixos tangíveis	31 539,76	168,11		31 707,87	747,22		32 455,09
<b>Sub-total</b>	<b>1 385 588,80</b>	<b>72 792,99</b>	<b>-37 550,54</b>	<b>1 420 831,25</b>	<b>78 424,74</b>	<b>-33 408,51</b>	<b>1 465 847,48</b>
<b>Quantias líquidas escrituradas</b>	<b>2 363 695,27</b>	<b>-42 214,31</b>	<b>-413,33</b>	<b>2 321 067,63</b>	<b>-6 989,42</b>	<b>-0,01</b>	<b>2 314 078,20</b>



*Handwritten signatures and initials: "Giza" and "AK".*

## 6 - Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.8 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2023	Adições	Alienações /abates	2024	Adições	Alienações /abates	2025
Programas de computador	1 521,99			1 521,99			1 521,99
Sub-total	1 521,99			1 521,99			1 521,99
Amortizações e perdas por imparidade	2023	Adições	Alienações /abates	2024	Adições	Alienações /abates	2025
Programas de computador	1 521,99			1 521,99			1 521,99
Quantias líquidas escrituradas							

## 7 – Outros Ativos Financeiros

Ver ponto 3.1.10 na nota 3 deste anexo

Entidades	2023	Aumentos	Diminuições	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Fundo compensação trabalho	8 459,53		159,95	8 299,58	101,60		8 401,18
Total	8 459,53		159,95	8 299,58	101,60		8 401,18

## 8 – Inventários

8.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2025	2024
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 459,04	3 119,10
<b>Total</b>	<b>2 459,04</b>	<b>3 119,10</b>

c)- A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2025			2024		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Total
Inventários no começo do período		3 119,10	3 119,10		2 525,82	2 525,82
Compras		169 999,33	169 999,33		160 713,20	160 713,20
Regularizações						
Inventários no fim do período		2 459,04	2 459,04		3 119,10	3 119,10
<b>CMVMC</b>		<b>170 659,39</b>	<b>170 659,39</b>		<b>160 119,92</b>	<b>160 119,92</b>

## 9 – Rédito

Ver ponto 3.1.18 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2025	2024
Prestação de serviços	1 130 974,03	990 673,23
Juros	49,23	37,80
<b>Total</b>	<b>1 131 023,26</b>	<b>990 711,03</b>

## 10 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.19 na nota 3 deste anexo

10.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como



*Handwritten signatures and initials in blue and black ink.*

componente dos Fundos Patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do exercício na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2025	2024
Imputação de sub. para investimentos	29 339,05	29 144,52

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2025	2024
Instituto da Segurança Social	86 152,00	103 845,46
ARS Norte	593 527,04	581 143,22
Autarquias		9 064,00
IEFP	16 677,39	4 061,09
<b>Total</b>	<b>696 356,43</b>	<b>698 113,77</b>

## 11 - Instrumentos financeiros

### 11.1 – Clientes, fornecedores e fundadores.

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
<b>Ativos</b>	2025			2024		
Clientes	171 902,11		171 902,11	171 883,46		171 883,46
Outros créditos a receber	27 802,01		27 802,01	32 952,65		32 952,65
<b>Total</b>	<b>199 704,12</b>		<b>199 704,12</b>	<b>204 836,11</b>		<b>204 836,11</b>
<b>Passivos</b>	2025			2024		
Fornecedores	37 347,46		37 347,46	45 218,23		45 218,23
Fornecedores de investimentos	1 778,31		1 778,31	2 495,31		2 495,31
Outras dívidas a pagar	277 958,68		277 958,68	193 696,69		193 696,69
<b>Total</b>	<b>317 084,45</b>		<b>317 084,45</b>	<b>241 410,23</b>		<b>241 410,23</b>

### 11.2 – Estado e outros entes públicos.

Estado e outros entes públicos	2025	2024
<b>Ativo</b>		
EOEP - IVA	4 428,22	2 316,92
<b>Total</b>	<b>4 428,22</b>	<b>2 316,92</b>
<b>Passivo</b>		
EOEP - Imposto s/ rendimento	5 959,40	5 534,78
EOEP - Segurança Social	42 451,60	36 959,27
<b>Total</b>	<b>48 411,00</b>	<b>42 494,05</b>



*Handwritten signature and initials*

## 11.3 – Financiamentos obtidos.

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>2024</b>				
MGn.º 623031000937 (Cartão Crédito)	35,00			35,00
MGn.º 055361005147	22 456,94	112 275,00	79 525,00	214 256,94
MGn.º 055361004025	14 285,76	23 809,44		38 095,20
RCI Banque n.º 24601969001	104,74	16 900,00		17 004,74
<b>Total</b>	<b>36 882,44</b>	<b>152 984,44</b>	<b>79 525,00</b>	<b>269 391,88</b>
<b>2025</b>				
MGn.º 623031000937 (Cartão Crédito)				
MGn.º 055361005147	29 655,68	112 275,04	48 876,00	190 806,72
MGn.º 055361004025	14 285,76	9 523,74		23 809,50
RCI Banque n.º 24601969001	2 760,00	11 680,62		14 440,62
MGn.º 055361006137	45 576,96	201 249,34		246 826,30
<b>Total</b>	<b>92 278,40</b>	<b>334 728,74</b>	<b>48 876,00</b>	<b>475 883,14</b>
<b>Variação (2025-2024)</b>	<b>55 395,96</b>	<b>181 744,30</b>	<b>-30 649,00</b>	<b>206 491,26</b>

## 11.4 – Fundos Patrimoniais.

Rubricas dos fundos patrimoniais	2023	Aumentos	Reduções	2024	Aumentos	Reduções	2025
Fundos líquidos	7 064,10			7 064,10			7 064,10
Resultados transitados	871 771,74		-127 475,90	744 295,84	95 518,24		839 814,08
Ajustamentos emativos financeiros	717 942,93			717 942,93			717 942,93
Outras variações no fundo patrimonial	835 770,92	200,22	-29 344,74	806 626,40		-29 339,05	777 287,35
Resultado líquido	-127 475,90	222 994,14		95 518,24	57 235,47	-95 518,24	57 235,47
<b>Total</b>	<b>2 305 073,79</b>	<b>223 194,36</b>	<b>-156 820,64</b>	<b>2 371 447,51</b>	<b>152 753,71</b>	<b>-124 857,29</b>	<b>2 399 343,93</b>



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*  
*[Handwritten signature]*

## 12- Benefícios dos trabalhadores

Ver ponto 3.1.20 na nota 3 deste anexo

12.1 – Número médio de trabalhadores é de 68.

Gastos com pessoal	2025	2024
<b>Funcionários:</b>	<b>1 146 311,79</b>	<b>1 035 237,53</b>
Remunerações	947 083,02	856 676,33
Encargos seg. social	199 228,77	178 561,20
Seguros	10 164,13	8 368,74
Outros	32 159,73	11 927,08
<b>Total</b>	<b>1 188 635,65</b>	<b>1 055 533,35</b>

## 13 - Divulgações exigidas por diplomas legais

1 - Dando Cumprimento ao estipulado no art.º 210º do código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Mesa Administrativa informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

2 - A Mesa Administrativa informa que a Entidade não apresenta dividas ao Estado em mora.

Não existem salários em atraso em 31 de dezembro de 2025.

## 14 - Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



*Handwritten signature and initials*  
Gire  
MA

## 14.1 – Outras contas a receber/pagar.

Outras contas a receber/pagar	2025	2024
<b>Ativo - outros créditos a receber</b>		
Administrativa/Utentes	18 955,40	22 169,56
Saldo Devedor de Fomecedores	1 466,65	2 716,75
Salários pagos a mais		121,70
IEFP	5 073,84	7 309,95
Cofre	2 306,12	634,69
<b>Total</b>	<b>27 802,01</b>	<b>32 952,65</b>
<b>Passivo - outros passivos correntes</b>		
Fomecedores de Investimento	1 778,31	2 495,31
Credores por acréscimo de gasto	215 951,38	191 848,59
Maria Olívia Silva Gonçalves Alves		1 030,00
Mabilda Pereira Guerra		818,10
Luísa Raquel Ribeiro Monteiro	2,00	
Vencimentos	62 005,30	
<b>Total</b>	<b>279 736,99</b>	<b>196 192,00</b>

## 14.2 – Devedores e credores por acréscimos.

Acréscimos	2025	2024
<b>Ativo - acréscimos de rendimentos</b>		
<b>Total</b>		
<b>Passivo - acréscimos de gastos</b>		
Serviços Bancários	610,65	540,13
Férias e sub. férias a liquidar	147 609,16	135 235,14
Eletricidade, água, comunicação a liquidar	585,37	6 416,19
Combustíveis a liquidar	9 002,60	6 761,00
Vencimentos	58 143,60	42 896,13
<b>Total</b>	<b>215 951,38</b>	<b>191 848,59</b>



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

## 14.3 – Diferimentos.

Diferimentos	2025	2024
<b>Ativo - Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	5 094,21	1 521,93
Outros	1 131,39	778,44
<b>Total</b>	<b>6 225,60</b>	<b>2 300,37</b>
<b>Passivo - Rendimentos a reconhecer</b>		
IEFP		6 381,70
<b>Total</b>		<b>6 381,70</b>

## 14.4 – Fornecimentos e Serviços Externos.

FSE	2025	2024
Subcontratos		3 892,91
Trabalhos especializados	121 370,64	121 064,71
Publicidade e propaganda	2 183,85	1 789,34
Vigilância e segurança	7 188,75	2 333,51
Honorários	20 295,00	16 728,00
Conservação e reparação-edifícios o. const.	24 179,24	12 734,49
Conservação e reparação-eq. Básico	16 510,07	6 015,65
Conservação e reparação-eq. transporte	4 712,25	6 083,28
Serviços bancários	943,07	854,60
Ferramentas e utensílios	15 615,95	3 287,43
Material de escritório	4 667,43	4 432,72
Eletricidade	41 202,10	41 307,33
Combustíveis	63 362,89	61 424,14
Água	24 884,45	26 662,84
Deslocações e estadas		0,55
Rendas e alugueres	14 365,87	8 088,22
Comunicação	4 978,05	5 157,45
Seguros	5 683,69	4 739,74
Contencioso e notariado	361,00	25,00
Despesas de representação	189,40	291,10
Limpeza, higiene e conforto	41 413,17	42 372,28
Outros FSE	6 733,70	8 058,76
<b>Total</b>	<b>420 840,57</b>	<b>377 344,05</b>



*Handwritten signature and initials*

14.5 – Outros Gastos.

<b>Outros Gastos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Imposto de sêlo		166,22
Taxas	1 674,58	2 408,28
Descontos pp concedidos	0,25	0,28
Correções de períodos anteriores	32 935,85	9 795,56
Quotizações	2 830,00	2 830,00
Multas e penalidades		951,00
Outros	13,98	28,48
<b>Total</b>	<b>37 454,66</b>	<b>16 179,82</b>

14.6 – Gastos e Perdas de Financiamento.

<b>Gastos e perdas de financiamento</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Juros suportados	10 730,78	15 148,62
Despesas bancárias e comissões	5 123,05	4 886,26
<b>Total</b>	<b>15 853,83</b>	<b>20 034,88</b>

14.7 – Outros Rendimentos.

<b>Outros rendimentos</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Descontos pp obtidos	3,44	4,62
Correções de períodos anteriores	37 134,12	10 125,74
Imputação de sub. investimento	29 339,05	29 144,52
Juros obtidos de depósitos bancários	49,23	37,80
Outros	75 146,42	69 583,03
<b>Total</b>	<b>141 672,26</b>	<b>108 895,71</b>

14.8 – Garantias Reais

Não existem garantias bancárias à data de 31/12/2025.



#### 14.9 – Proposta de Aplicação de Resultados

Aplicação dos RLE	2025	2024
Resultados transitados	57 235,47	95 518,24
<b>Total</b>	<b>57 235,47</b>	<b>95 518,24</b>

#### 14.10 – Acontecimentos após data de balanço.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Sabrosa, 06 de março de 2026

A Entidade

Virgínia Maria Soares Soares

O Contabilista Certificado

**Luís Leite**

CC n.º39242



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

## RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2025)

Ex.mos Irmãos

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos n.ºs 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da **Santa Casa da Misericórdia de Sabrosa**, adiante designada por SCMS, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### *1- APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO*

No exercício de 2025, à semelhança dos anos anteriores, foi preocupação fundamental da Mesa Administrativa desenvolver todos os esforços no sentido de equilibrar a situação financeira da entidade, melhorando o seu desempenho e procurando uma eficiente prestação dos colaboradores da SCMS, aliado a uma política de racionalização dos gastos e potencialização dos rendimentos.

Considerando também que uma adequada estrutura organizacional proporciona uma segurança razoável acerca da consecução dos objetivos, da eficácia e eficiência das operações, da fiabilidade do relato financeiro bem como do cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis, foram melhorados os procedimentos do sistema de controlo interno da SCMS.

Posto isto, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 57.235,47€.



## 2- EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

### Evolução do Volume de Negócios

	2025	2024	Incremento volume de negócios	
			Valor	%
Prestação de serviços	1 130 974,03	990 673,23	140 300,80	14,16%
Volume de negócios	1 130 974,03	990 673,23	140 300,80	14,16%

## 3- EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

### Quadro da Evolução dos Gastos

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
<b>CMVMC</b>	<b>170 659,39</b>	<b>160 119,92</b>	<b>10 539,47</b>	<b>6,58%</b>
<b>FSE</b>	<b>420 840,57</b>	<b>377 344,05</b>	<b>43 496,52</b>	<b>11,53%</b>
Subcontratos		3 892,91	-3 892,91	-100,00%
Trabalhos especializados	121 370,64	121 064,71	305,93	0,25%
Publicidade e propaganda	2 183,85	1 789,34	394,51	22,05%
Honorários	20 295,00	16 728,00	3 567,00	21,32%
Comissões				
Conservação e reparação	45 401,56	24 833,42	20 568,14	82,82%
Ferramentas e utensílios	15 615,95	3 287,43	12 328,52	375,02%
Artigos para oferta	1 540,08	50,98	1 489,10	2920,95%
Electricidade	41 202,10	41 307,33	-105,23	-0,25%
Combustíveis	63 362,89	61 424,14	1 938,75	3,16%
Deslocações e estadas		0,55	-0,55	-100,00%
Transportes de pessoal	706,48	655,00	51,48	7,86%
Comunicação	4 978,05	5 157,45	-179,40	-3,48%
Despesas de representação	189,40	291,10	-101,70	-34,94%
Outros	103 933,59	96 861,69	7 071,90	7,30%
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>1 188 635,65</b>	<b>1 055 533,35</b>	<b>133 102,30</b>	<b>12,61%</b>
<b>Depreciações e amortizações</b>	<b>78 424,75</b>	<b>72 792,50</b>	<b>5 632,25</b>	<b>7,74%</b>
<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>37 454,66</b>	<b>16 179,82</b>	<b>21 274,84</b>	<b>131,49%</b>
Juros	10 730,78	15 148,62	-4 417,84	-29,16%
Outros gastos e perdas financiamento	5 123,05	4 886,26	236,79	4,85%
<b>Total gastos e perdas financiamento</b>	<b>15 853,83</b>	<b>20 034,88</b>	<b>-4 181,05</b>	<b>-20,87%</b>
<b>Total gastos e perdas</b>	<b>1 911 868,85</b>	<b>1 702 164,47</b>	<b>209 704,38</b>	<b>12,32%</b>



*Handwritten signature and initials*

#### 4- EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as Prestações de Serviços e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2025 a 1.827.330,46€ (1.688.787,00€ em 2024).

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Prestação de serviços	1 130 974,03	990 673,23	140 300,80	14,16%
Subsídios à exploração	696 356,43	698 113,77	-1 757,34	-0,25%
Ganhos por aumentos de justo valor	101,60		101,60	
Outros rendimentos	141 623,03	108 857,91	32 765,12	30,10%
Juros, dividendos outros rend. similares	49,23	37,80	11,43	30,24%
<b>Total dos rendimentos</b>	<b>1 969 104,32</b>	<b>1 797 682,71</b>	<b>171 421,61</b>	<b>9,54%</b>

#### 5- INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

##### Quadro Investimento em Ativos Fixos Tangíveis

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	10 481,67		10 481,67	
Equipamento básico	3 965,63	5 885,87	-1 920,24	-32,62%
Equipamento de transporte	49 010,00	21 650,00	27 360,00	126,37%
Equipamento administrativo	1 963,80	1 895,92	67,88	3,58%
Outros ativos fixos tangíveis	6 014,22	733,56	5 280,66	719,87%
<b>Total</b>	<b>71 435,32</b>	<b>30 165,35</b>	<b>41 269,97</b>	<b>136,81%</b>

##### Quadro Valores de Ativos Fixos Tangíveis

	2025	2024	Incremento	
			Valor	%
Terrenos	289 400,77	289 400,77		
Edifícios	2 803 931,71	2 793 450,04	10 481,67	0,38%
Equipamento básico	444 903,88	453 707,69	-8 803,81	-1,94%
Equipamento de transporte	102 571,28	73 497,86	29 073,42	39,57%
Equipamento administrativo	100 830,50	99 569,20	1 261,30	1,27%
Outros ativos fixos tangíveis	38 287,54	32 273,32	6 014,22	18,64%
<b>Total</b>	<b>3 779 925,68</b>	<b>3 741 898,88</b>	<b>8 953,38</b>	<b>0,24%</b>



#### *6- TERCEIROS*

As dívidas a receber ascendem a 204.132,34€ (207.153,03€ em 2024), relativas a dívidas de Clientes e Utentes, do Estado e Outras Contas a Receber.

As dívidas a Fornecedores e Instituições de Crédito ascendem a 513.230,60€ (314.610,11€ em 2024).

#### *7- SITUAÇÃO FISCAL*

Não existem dívidas em mora de impostos.

#### *8- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO*

Não se considera terem existido, após o termo do exercício e até à presente data, factos relevantes a assinalar, que exigissem ajustamento ou divulgação nas demonstrações financeiras.

#### *9- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS*

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2025 será proposta a transferência do Resultado Líquido positivo de 57.235,47€ para Resultados Transitados.

#### *10- ENCERRAMENTO*

Aos nossos utentes/clientes, aos nossos fornecedores e às instituições de crédito expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Sabrosa, 06 de março de 2026

A Entidade

Pág. 4 de 4